



Emergência Climática e Estado de Direito: A Responsabilidade do Poder Público na Proteção do Meio Ambiente

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Felipe Sorrentine Teixeira Dos Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A emergência climática tem se tornado um dos maiores desafios da atualidade, exigindo ações urgentes por parte dos Estados e da sociedade. O aumento da temperatura global, os desastres ambientais e a degradação dos recursos naturais demonstram a necessidade de políticas públicas eficazes e de uma atuação mais firme do Estado. No Brasil, a Constituição Federal garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse contexto, o Estado de Direito assume papel fundamental na criação e aplicação de normas que garantam a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Objetivo

Analisar a responsabilidade do Estado na proteção do meio ambiente diante da emergência climática, destacando a importância das políticas públicas e do cumprimento das normas ambientais.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental, utilizando artigos científicos, legislação ambiental brasileira e doutrinas jurídicas relacionadas ao tema. Foram analisadas também normas constitucionais, princípios do direito ambiental e estudos sobre emergência climática. A metodologia utilizada foi qualitativa, com abordagem descritiva e explicativa, buscando compreender a atuação do Estado na proteção ambiental e suas implicações jurídicas.

Resultados e Discussão

Os resultados demonstram que, apesar da existência de legislação ambiental avançada no Brasil, ainda há desafios significativos na sua efetiva aplicação. A ausência de fiscalização adequada, a flexibilização de normas ambientais e a falta de políticas públicas eficazes contribuem para o agravamento da crise climática. Observou-se ainda que o Estado tem papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável, sendo responsável pela implementação de medidas que conciliem crescimento econômico e preservação ambiental. Dessa forma, o fortalecimento das instituições públicas e a conscientização da sociedade são fundamentais para enfrentar a emergência climática.

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



Conclusão

Conclui-se que a emergência climática exige atuação imediata do Estado, por meio da criação e aplicação de políticas públicas eficazes e do fortalecimento da legislação ambiental. A proteção do meio ambiente é responsabilidade coletiva, sendo essencial a atuação conjunta do Poder Público e da sociedade para garantir um futuro sustentável para as próximas gerações.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro.
Relatórios sobre mudanças climáticas e sustentabilidade ambiental.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 225.
BRASIL. Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.